Portaria AGE Nº 085/2021-GAB, de 19 de agosto de 2021.

O AUDITOR ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria AGE Nº 226/2020-GAB, de 13/07/2020 e considerando os autos do processo nº 2021/809629.

CONSIDERANDO o período de Férias Regulamentares do servidor Franney Carvalho de Oliveira, matrícula nº 5955904/1, Auditor Adjunto, de 08/09/2021 a 22/09/2021, conforme Portaria AGE Nº 082/2021-GAB, de 18/08/2021, publicada no DOE Nº 34.675 de 19/08/2021.

RESOLVE:

DELEGAR competência de Ordenador de Despesas à servidora Adriana Pinto de Figueiredo, matrícula nº 57216756/1, Gerente e, em seus impedimentos legais, ao respectivo substituto eventual, para, observadas a legislação aplicável e as normas em vigor, editar os atos que resultarem na emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento de fundos e outros dispêndios de recursos, no período de 08/09/2021 a 22/09/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

FRANNEY CARVALHO DE OLIVEIRA

Auditor-Adjunto

Protocolo: 694547

DISPENSA DE LICITAÇÃO**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Dispensa de Licitação: 010/2021-AGE

Processo Nº 2021/787717

Data: 19/08/2021

Valor Global: R\$ 197.861,28 (cento e noventa e sete mil oitocentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos)

Objeto: Serviços de Internet de 50 Mbps, Link de dados (Fibra), Contas de E-mail Corporativo, Locação de Switch, Hospedagem de Servidor (Colocation), Business IntelLigent-WEB - B.I WEB e Permissão de acesso ao mainframe localizado na sede da PRODEPA, através da licença de uso de Sistemas Globais (SIAFEM e SIMAS).

Fundamento Legal:

Art. 24, inciso XVI da Lei Federal Nº 8.666/1993 e PARECER AGE Nº 096-02/2021-GEJUR e PARECER AGE Nº 110-02/2021-GEJUR.

Orçamento:

- Programa de Trabalho: 04126150885850000
- Fonte de Recurso: 0101002877
- Natureza de Despesa: 339140
- Plano Interno: 4200008585C

Razão Social: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA

CNPJ: 05.059.613/0001-18 - Inscrição Estadual Nº 15.271.0884.

Endereço: Rodovia Augusto Montenegro, km 10, Centro Administrativo do Estado, Icoaraci, Belém/PA, CEP 66820-000.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Franney Carvalho de Oliveira

Ordenador de Despesas

Protocolo: 694564

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Número da Dispensa: 010/2021

Processo Nº 2021/787717

Data: 18/08/2020

Ordenador: Franney Carvalho de Oliveira

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

José Rubens Barreiros de Leão

Auditor-Geral do Estado

Protocolo: 694568

SUPRIMENTO DE FUNDO**Portaria AGE Nº 083/2021-GAB, de 19 de agosto de 2021.**

O AUDITOR ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria AGE Nº 226/2020-GAB, de 13/07/2020, e considerando os autos do Processo nº 2021/908206.

RESOLVE:

I - Conceder Suprimento de Fundos ao servidor Silvio Rogério Baganha da Silva, matrícula nº 51855744/4, CPF Nº 609.832.992-34, ocupante do cargo de Gerente, lotado nesta AGE;

II - O valor do suprimento corresponde a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e destina-se a atender despesas de pronto pagamento desta AGE;

III - A despesa a que se refere o item anterior correrá por conta de recursos próprios do Estado e terá a classificação: 11108.04.122.1297-8409, conforme a natureza das despesas:

- 3.33.90.30-96 - R\$ 2.000,00-Material de Consumo

- 3.33.90.39-96 - R\$ 2.000,00-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

IV - O valor referido no item II vincula-se aos seguintes prazos: 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão da Ordem Bancária para aplicação e 15 (quinze) dias após o período de aplicação para prestação de contas.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

FRANNEY CARVALHO DE OLIVEIRA

Auditor-Adjunto

Protocolo: 694555

OUTRAS MATÉRIAS**PROCESSO Nº. 2019/298157 (apenso ao PAE 2019/30819)**

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO (PAR)

EMPRESA: PAULITEC CONSTRUÇÕES LTDA.

OBRA: PROJETO "PARQUE DO UTINGA"

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2013

CONTRATO Nº 032/2014

DECISÃO

Tratam estes autos de Processo Administrativo de Responsabilização-PAR, instaurado por meio da Portaria AGE nº 179/2019 - GAB, de 18 de junho de 2019 (seq. 2), publicada no DOE nº 33.899, de 19/06/2019, cujo objeto é a apuração de possíveis ilícitos administrativos praticados pela empresa PAULITEC CONSTRUÇÕES LTDA., na obra do Projeto "Parque do Utinga", decorrente do Contrato nº 032/2014, celebrado com a Secretaria de Estado de Cultura.

Este processo é consequência da anterior Investigação Preliminar instaurada pela Portaria AGE nº 09/2019 - GAB, de 21 de janeiro de 2019, publicada no DOE nº 33.786, de 22 de janeiro de 2019, processo PAE 2019/30819, fase inicial destinada a apuração de autoria e materialidade de ilícitos administrativos, art. 3º do Decreto nº 2.289, de 13 de dezembro de 2018 e cuja conclusão pode resultar no arquivamento da apuração, na realização de novas diligências e na instauração de Processo Administrativo de Responsabilização (art. 8º, caput).

Ao processo de Investigação Preliminar, por ser o primeiro a ser tombado, a ele são vinculados os processos que se seguem e que com ele tem conexão, de modo que estão apensados ao PAE 2019/30819, este processo, o PAE 2020/203032 (minuta de termo de recebimento da obra) e o PAE 2021/874801 (relatório da Auditoria da DAFO's Engenharia & Consultoria Ltda.). Desse modo, esta decisão analisará a conformidade jurídica deste Processo Administrativo de Responsabilização-PAR, tendo em vista que a fase da Investigação Preliminar encontra-se superada pela instauração do PAR. Precedem esta decisão o Parecer AGE nº 004/2021-GEJUR (seq. 79) e o Parecer nº 000452/2021, da Procuradoria-Geral do Estado, constante na seq. 1.370 do PAE 2019/30819, em razão da impossibilidade da PGE de desvincular este processo do seu originário.

Justifico a intervenção da Procuradoria-Geral do Estado, em razão da relevância da matéria e da competência daquele Órgão de representação judicial e de consultoria do Estado, na forma do art. 132 da Constituição Federal de 1988, do art. 187 da Constituição Estadual de 1989, dos arts. 2º, IV e 5º, VIII, ambos da Lei Complementar Estadual nº 041, de 29 de agosto de 2002, e do art. 4º, III, do Decreto Estadual nº 1.714, de 13 de março de 2017, além do que a manifestação da Procuradoria dá a autoridade instauradora maior segurança para decidir.

Anoto, ainda, que: (a) este processo foi enviado para a Secretaria de Estado de Cultura em 29 de junho de 2020, em cumprimento ao despacho na seq. 62, p. 9, sendo devolvido em 09 de setembro de 2020, conforme PORTARIA Nº 320, de 08 de setembro de 2020 (DOE nº 34.338, de 09/09/2020), seq. 77; e (b) somente em 09 de agosto de 2021 esta AGE tomou ciência do Relatório de Auditoria da DAFO's Engenharia & Consultoria Ltda., após ter sido requisitado por e-mail à empresa (seq. 90), muito embora conste nos autos comunicação da contratada do protocolo físico do laudo (seq. 62, p. 8), e por meio eletrônico (seq. 69, pp. 1/2), o qual não foi localizado nem nos arquivos nem no e-mail institucional deste órgão. Em razão do seu tamanho o relatório consta em processo à parte, PAE 2021/874801.

Feito este breve relatório, passo a decidir, competência que me é conferida pelo art. 21 do Decreto nº 2.289/2018.

O Parecer AGE nº 004/2021-GEJUR (seq. 79), conclui da seguinte forma:

"III - CONCLUSÃO

Opina-se então, com base no art. 65 da Lei Estadual nº 8.972/2020, c/c Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal pela ANULAÇÃO deste Processo Administrativo de Responsabilização, ante a prática de atos, desde a sua instauração, eivados de ilegalidade e impossíveis de serem sanadas.

E ainda, sugere que seja instaurado Juízo de Admissibilidade para a apuração das possíveis irregularidades apontadas pela Investigação Preliminar e o Processo Administrativo de Responsabilização, objeto deste parecer".

A conclusão do Parecer nº 000452/2021, da Procuradoria-Geral do Estado (seq. 1.370, PAE 2019/30819), é a seguinte:

"3 ENCAMINHAMENTOS E CONCLUSÃO

Ante o exposto, verifica-se a necessidade de adoção das seguintes medidas:

(a) Eventuais vícios verificados durante a Investigação Preliminar não têm o condão de macular a fase processual principal, nos termos da Jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, a respeito;

(b) Ainda que não se tenha obedecido estritamente o disposto nos arts. 7º e 8º, do Decreto Estadual n. 2.289/2018, os atos praticados quando do procedimento preliminar atingiram sua finalidade a contar da instauração do PAR pela Portaria AGE n. 179/2019-GAB, pelo que não merecem anulação;

(c) Tanto a instauração do PAR como as notificações encaminhadas às empresas, portanto, são viciadas e, em função de se tratar de ilicitude a partir da qual se verificou, de fato, o prejuízo ao estabelecimento do contraditório e da ampla defesa, portanto, devem ser anuladas;

(d) Na forma do art. 21, da LINDB, no intuito de se permitir a regularidade e perfeição jurídica dos procedimentos investigativos, tanto a instauração do PAR, como as respectivas notificações, deverão ser repetidas desta vez em obediência às formalidades necessárias, não se tratando de atos passíveis de convalidação;

(e) Nos termos do art. 281, do CPC/2015, aplicável subsidiariamente ao caso concreto, os atos posteriores e diretamente dependentes devem ser considerados ineficazes para, por si sós, permitirem a fixação de responsabilidades;

(f) As provas produzidas ao longo do PAR, instaurado pela Portaria n. 179/2019-GAB, inclusive a perícia externa realizada pela empresa DEFO'S PROJETO, CONSULTORIA E ENGENHARIA (CNPJ n. 31.838.607/0001-79),